

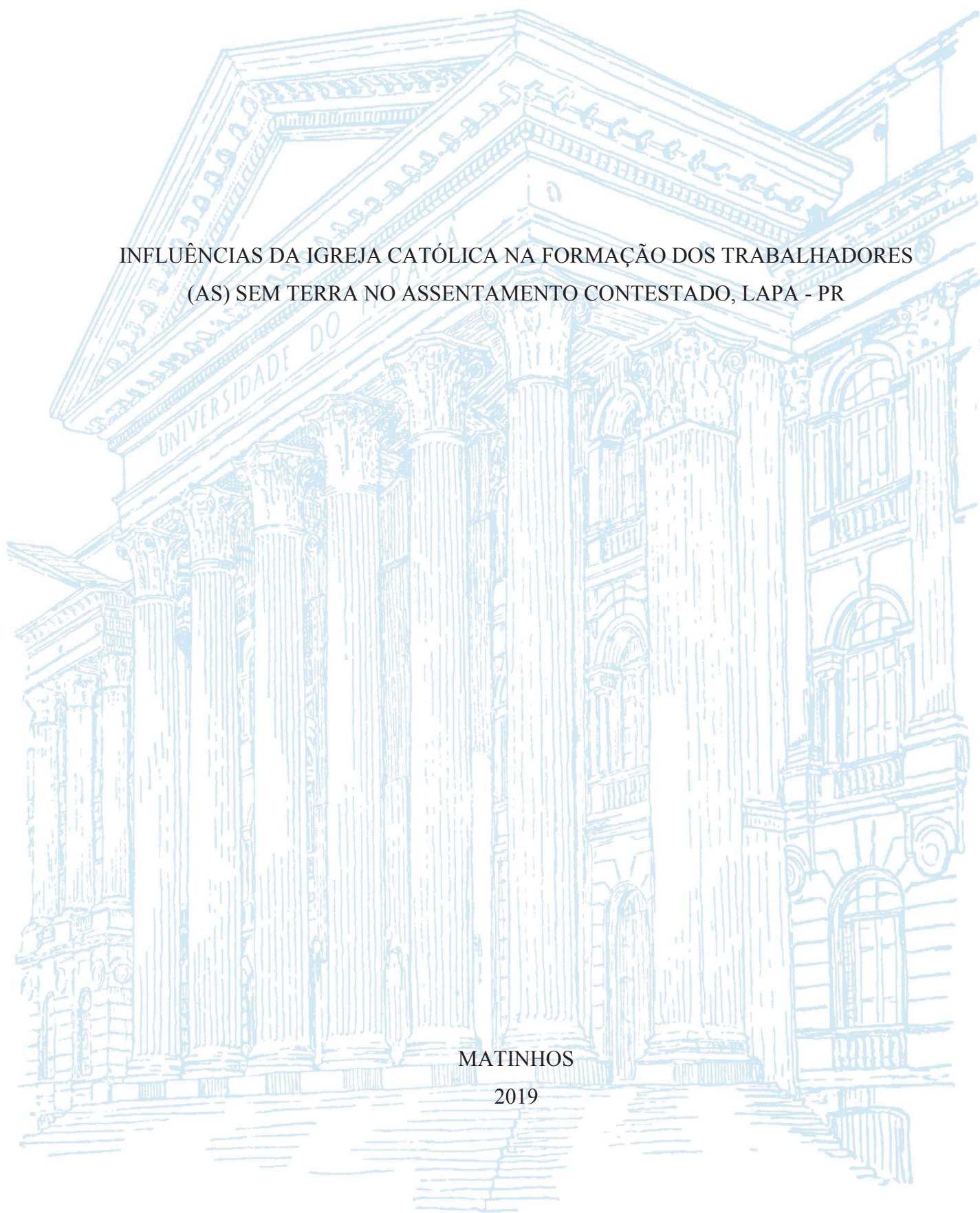
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SANDRO JOSÉ TUNNI

INFLUÊNCIAS DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES
(AS) SEM TERRA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA - PR

MATINHOS

2019



SANDRO JOSÉ TUNINI

INFLUÊNCIAS DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES
(AS) SEM TERRA DO ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA - PR

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Especialização em Educação do Campo e Realidade Brasileira através de seus pensadores, Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^ª. Maria Isabel Farias

MATINHOS

2019



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SETOR LITORAL
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
 PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
 CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO DO CAMPO E A
 REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS
 PENSADORES - 40001016329E1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO DO CAMPO E A REALIDADE BRASILEIRA A PARTIR DE SEUS PENSADORES da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Monografia de Especialização de **SANDRO JOSÉ TUNINI** intitulada: **Influências da Igreja Católica na formação dos trabalhadores(as) Sem Terra no Assentamento Contestado, Lapa-PR**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de especialista está sujeita à homologação pelo Colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Matinhos, 13 de Outubro de 2019.

Maria Isabel Farias

MARIA ISABEL FARIAS

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

p/ Maria Isabel Grein

MARIA ISABEL GREIN (por parecer)

Avaliador Interno

Elisiani Vitória Tiepolo

ELISIANI VITÓRIA TIEPOLO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

RESUMO

A pesquisa objetiva compreender as influências da Igreja Católica na formação dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra, a partir das especificidades do Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, estado do Paraná. Metodologicamente desenvolve-se mediante a pesquisa participante com observações, registro no caderno de campo, aplicação de questionários além de revisão bibliográfica e auxílio da análise de conjuntura. Verificou-se que a Igreja Católica contribuiu na definição do caráter e natureza do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), constituindo-se como espaço fundamental que contribui na formação dos (as) trabalhadores (as) Sem Terra, visto a mobilização oportunizada pela participação nas atividades religiosas para além do Movimento.

Palavras-chave: Igreja Católica. MST. Formação dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra.

RESUMEN

La pesquisa objetiva comprender las influencias de la Iglesia Católica en la formación de los (las) trabajadores (las) Sin Tierra, a partir de la especificidad del Asentamiento Contestado, localidad en el municipio de Lapa en la provincia del Paraná. Metodológicamente se desenvuelve mediante la pesquisa interactiva con observaciones, registro en lo cuaderno de campo, con aplicación de cuestionario, revisiones bibliográficas y en base de análisis de coyuntura para conocer mejor el objeto de la pesquisa. identificase que la iglesia contribuye en la definición del carácter y la naturaleza del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST), constituyéndose como espacio fundamental que contribuye en la formación del (las) trabajadores (las) Sin Tierra, observa que la movilización es una oportunidad para la participación en las actividades religiosas para allá del Movimiento.

Palabras Claves: Iglesia Católica. MST. Formación del (las) trabajadores (las) Sin Tierra.

INTRODUÇÃO

Apoiados nas discussões de Stedile e Fernandes (2005), apresentaremos elementos sobre a influência da Igreja Católica na gênese do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), elementos que entendemos determinantes na constituição do caráter e da natureza do MST. Problematizamos sobre os (as) Trabalhadores (as) Sem Terra, desde sua formação enquanto povo, aportados na obra de Ribeiro (2006), nas formas como se educam e humanizam, na sistematização de Caldart (2000). Traçamos um breve debate sobre classes sociais e capitalismo no Brasil a partir do pensamento de Fernandes (2003) e território e espaço a partir de Santos (1977), para, assim, balizados nos pressupostos da análise de conjuntura, conforme Souza (2012), nos aproximarmos do objeto desta pesquisa, desvelando e compreendendo as determinações que o constituem.

O grupo social participante da pesquisa foram os moradores do Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa, estado do Paraná, independente de serem frequentadores ou não da Igreja Católica. O objetivo geral da pesquisa é compreender as influências da Igreja Católica na formação dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra do Assentamento. Os objetivos específicos são: a) Caracterizar os (as) Trabalhadores (as) Sem Terra frente às suas especificidades na luta pela terra; b) Problematizar sobre o papel da Igreja Católica na gênese e na formação do MST; c) Verificar as práticas dos agentes de pastoral da Igreja Católica que atuam junto ao Assentamento Contestado; d) Identificar se Igreja Católica é um possível aliado dos Sem Terra na formação do Assentamento Contestado, mais especificamente na formação ideológica e política.

A motivação desta pesquisa se dá, primeiramente, pela minha história de vida, a qual perpassa uma história vinculada a sujeitos coletivos. Participo de atividades vinculadas à Igreja Católica e à militância no MST; na Igreja tive a oportunidade de conhecer o trabalho das CEBs, da Pastoral da Juventude, da Pastoral da Juventude Rural, dos Oblatos de São Francisco de Sales. No MST concluí a graduação em Pedagogia, e, atualmente, o Assentamento Contestado é onde trabalho e resido.

Ao longo desta pesquisa, no Assentamento, identificamos, para além das atividades promovidas pelo MST, outras desenvolvidas pela Igreja Católica. Mediante as atividades realizadas tanto pelo MST quanto pela Igreja Católica, apontamos, na sequência, perguntas que orientaram o desenvolvimento desta pesquisa: há relação entre estas atividades? Quais?

As ações organizadas pelos integrantes da Igreja Católica no Assentamento estão para além do proposto pela hierarquia eclesial? Quais iniciativas? São parte do processo de organização, resistência e libertação do “povo de Deus”? Formam os (as) Trabalhadores (as) Sem Terra? A finalidade não é trazer respostas prontas a essas e outras questões, mas problematizá-las.

Através de questionários aplicados aos moradores do Contestado, verificamos que MST e Igreja Católica, ao longo destes 20 anos de Assentamento, realizaram inúmeras atividades em parceria; os (as) Trabalhadores (as) Sem Terra se reconhecem como Igreja, principalmente naquelas relações para além da capela; e que a formação dos Sem Terra tem contribuição, também pela Igreja Católica. Evidenciou-se, na pesquisa bibliográfica, a influência sócio-religiosa, especialmente da Teologia da Libertação, no período (1979-1984), da gênese do Movimento Sem Terra em sua natureza e caráter.

2 A IGREJA CATÓLICA E O MST

Historicamente, a Igreja Católica desempenhou papel importante na sociedade brasileira, principalmente ao lado da classe dominante, para defender e legitimar a ordem estabelecida. Porém, a partir das décadas de 50 e 60, convida os trabalhadores a se libertar da opressão no enfrentamento aos problemas sociais vividos pelo povo brasileiro. Esta mudança de postura frente à sociedade é percebida através de algumas mudanças internas da própria Igreja: nascimento e/ou ascensão de uma teologia voltada aos pobres, conhecida como Teologia da Libertação; criação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB (1952); abertura aos problemas da sociedade a partir do Concílio do Vaticano II (1962 – 1965); aproximação da Igreja Católica de outras Igrejas; maior apoio às atividades comunitárias na Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín, Colômbia (1968); opção preferencial pelos pobres a partir dos documentos de Puebla, México (1979); reflexão, em pequenos e numerosos grupos de base, da política com a dimensão do sagrado, se aproximando da realidade do povo com as Comunidades Eclesiais de Base CEB's (1960 - 1970); Teologia da Libertação na prática, ajudando a população mais vulnerável a refletir e agir sobre a realidade, como os povos do campo, de modo especial os sem-terra, que ajudam a refletir sobre a realidade da luta pela terra e a importância da organização, o que resulta na criação da Comissão Pastoral da Terra CPT (1975).

A Teologia da Libertação tem seu nascedouro no continente latino-americano, num contexto de sofrimento, pobreza e violências praticadas pela classe dominante, de modo

especial nos períodos de regime militar imposto em vários países. Realidade encharcada de sangue e esperança, que convoca a população a lutar por direitos, libertar-se da opressão e dominação do capitalismo.

Inicia-se uma série de lutas populares fundamentadas teologicamente, com o objetivo de libertar o povo da opressão. Contribuem para esta construção o método Ver, Julgar e Agir, da Teologia da Libertação, através de um movimento de intelectuais brasileiros influenciados pelo marxismo, que começam a reler e repensar a realidade da América Latina não mais do ponto de vista do dominador, mas do dominado (LARA JUNIOR, 2012).

No Brasil, acontece a presença de padres e freiras sensíveis às questões sociais, além da disposição da Igreja de realizar mudanças internas de organização, doutrina, opção pelos pobres e vínculo com a realidade, o que faz com que a Teologia da Libertação encontre terreno fértil e se fortaleça em todo o país. Neste contexto, surgem as Comunidades Eclesiais de Base, conhecidas como CEB's, com fortes características de um movimento popular, nascido da base e voltado para os interesses da base, espaço coletivo de cultivo e celebração da fé cristã, de releitura da Bíblia a partir da fé dos pobres e trabalhadores. Para a época, um fenômeno relativamente novo, estimulante e questionador para a sociedade e a Igreja. A CEB's se espalhou pelos campos e periferias. Segundo Petrini (1984, p.15), “Vale a pena tentar uma compreensão das CEB's que não reduzam o seu significado à solidariedade entre as pessoas, pois existe uma clara dimensão política e cultural [...] o aspecto religioso específico, a dimensão humana de amizade, [...] o aspecto propriamente comunitário.”

A Teologia da Libertação é encarnada em centenas e milhares de religiosos, pastores, leigos e bispos que, motivados pela sua fé, se engajam, também na luta pela terra. Em 1975, com respaldo da CNBB, é criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para contribuir na compreensão da realidade agrária brasileira e articular os sem-terra a se organizarem na luta pela terra:

Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um organismo pastoral, ecumênico, vinculado à Igreja Católica e a outras igrejas cristãs, de modo particular à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, à Igreja Anglicana e à Igreja Metodista. Desenvolve sua ação junto dos homens e mulheres do campo em toda a sua diversidade: pequenos proprietários, agricultores familiares, agricultores sem-terra, camponeses e camponesas de diversas matrizes – quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e outros muitos – trabalhadoras e trabalhadores rurais assalariados, com atenção especial aos submetidos a condições análogas ao trabalho escravo. (CALDART et al., 2012, p. 128).

A hegemonia da ala progressista do episcopado brasileiro (COMPARATO, 2003) na CNBB, além de apoiar a criação da CPT, tem aprovado documentos importantes sobre a

problemática da concentração da propriedade de terra, do modelo político a serviço da grande empresa, da questão das terras dos povos indígenas, da violência no campo em nosso país. O documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, em Itaici, em 14 de fevereiro de 1980, trata disso e vai além, porque convoca o povo trabalhador a:

[...] somar forças e transformar a realidade, devem ser identificadas as verdadeiras causas da situação. A responsabilidade não cabe a Deus, como se dá a entender quando se diz que “as coisas estão assim porque Deus quer” [...] a responsabilidade é do próprio povo. (CNBB, 2012, p. 284).

Possivelmente, as três décadas de trabalho de base da Igreja Católica, através de seus organismos criados para ajudar a classe trabalhadora a se organizar, tomar consciência e resistir à ditadura, foram elementos que criaram as condições para que a década de 80 fosse para o campo político popular um período de articulação e crescimento, pois temos: no campo eleitoral, a criação do Partido dos Trabalhadores e a legalização do Partido Comunista do Brasil e do Partido Comunista Brasileiro, o crescimento e consolidação da Central Única dos Trabalhadores, a proliferação dos Movimentos Sociais, o engajamento das Igrejas nas lutas sociais, as “Diretas Já” e a campanha pela constituinte. É neste contexto que, em 1985, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em Congresso realizado no estado do Paraná (MENEZES NETO, 2007).

É importante ressaltar que o MST é gestado (1979 – 1984) do trabalho pastoral das Igrejas Católica e Luterana através de seus agentes de pastoral ligados à Teologia da Libertação e à CPT; conforme Stedile e Fernandes (2005), “O MST surge do trabalho das Igrejas Católica e Luterana. Este trabalho pastoral das Igrejas também faz parte da gênese do MST.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.19).

Algumas das características do Movimento Sem Terra, que permanecem até hoje, foram definidas na gênese do Movimento, por conta do debate realizado com lideranças da CPT. O MST, na época de sua criação, aglutinou em torno de si as iniciativas de lutas pela terra, fato que o possibilita vir a ser um Movimento de caráter popular e autônomo. É uma organização nacional, porque o caráter ecumênico da CPT evitou que surgissem outros movimentos de luta pela terra:

Há ainda mais um aspecto que também julgo importante do trabalho da CPT na gênese do MST. Ela teve uma vocação ecumênica ao aglutinar ao seu redor o setor luterano, [...] porque se ela não fosse ecumênica, e se não tivesse essa visão maior, teriam surgidos vários movimentos. A luta teria se fracionado em várias organizações. Se o pastor Werner Fuchs, por exemplo, que começou um trabalho de organização dos camponeses atingidos pela barragem da hidrelétrica de Itaipu, no Paraná, se ele não tivesse integrado à CPT, teria se formado um movimento

camponês dos luteranos. A CPT foi uma força que contribuiu para a construção de um único movimento, de caráter nacional. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p.20-21).

É um Movimento nacional e popular, com fortes influências da Igreja Católica, conforme entrevista de João Pedro Stedile concedida a Bernardo Mançano Fernandes, em 1996: “[...] A primeira foi de um movimento popular, onde todo mundo pode entrar. [...] desde o início, talvez até pelo trabalho da Igreja, fomos pouco sectários.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 33).

A CPT cumpriu papel importante na articulação do MST, além de ajudar na organização das primeiras reuniões e encontros. Segundo Stedile e Fernandes (2005, p.45), “A primeira grande reunião de articulação regional aconteceu em Medianeira (PR), em julho de 1982.” e, posteriormente, “em setembro de 1982, foi realizado em Goiânia (GO) um encontro de caráter nacional, formado por agentes de pastoral e lideranças.” (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 46). Ainda conforme Stedile e Fernandes (2005), neste encontro de Goiânia, o debate principal se deu em torno da natureza autônoma do MST, em relação ao estado, sindicatos, partidos e a própria CPT:

Apareceu a proposta de que a CPT deveria constituir internamente uma comissão de luta pela terra. [...] basicamente foi este o debate principal. Daniel Rech, da própria CPT, foi uma das pessoas que se posicionaram de forma mais contundente contra essa proposta. [...] se tivesse sido formada uma comissão dos sem-terra dentro da CPT, já teria nascido com um caráter muito vinculado à Igreja. Foi muito importante a ideia de que os trabalhadores rurais sem terra deveriam se organizar de forma autônoma. Se essa ideia não tivesse sido vitoriosa, não teria surgido o MST. (STEDILE; FERNANDES, 2005, p. 46-47).

Portanto, o Movimento herda, da Teologia da Libertação, o legado de libertar os trabalhadores (as) da opressão do sistema capitalista; da CEB's, o compromisso de continuar o trabalho de conscientização do povo em pequenos e inúmeros grupos de base; e da CPT, a gratidão pela contribuição na articulação e no debate durante o período de gestação do Movimento como autônomo, nacional e popular.

1.1 CONTRIBUIÇÕES DA IGREJA CATÓLICA NA FORMAÇÃO DOS (AS) TRABALHADORES (AS) SEM TERRA

Para entendermos como se formam os (as) Trabalhadores (as) Sem Terra precisamos antes abordar sobre quem são estes (as) Trabalhadores (as), na sua constituição enquanto

povo. Para nos ajudar nesta reflexão, sobre a formação histórica e o processo civilizatório do povo brasileiro traremos a obra do antropólogo Darcy Ribeiro (2006).

A sociedade e a cultura brasileira são conformadas por diferentes versões: a portuguesa, com a tradição da civilização europeia ocidental; a indígena de sabedoria adaptativa milenar; e negra nas suas diversas formas de resistência.

O povo brasileiro é um povo novo porque inaugura um novo modelo de estruturação societária (escravista e servil); é alegre e tem uma “espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros.” (RIBEIRO, 2006, p. 17). Os brasileiros se “plasmaram historicamente em diversos modos rústicos de ser.” (RIBEIRO, 2006, p. 19), o que, segundo Ribeiro (2006), permite distingui-lo, hoje, em cinco brasis: 1) Crioulo, na costa litorânea, Porto Seguro, língua Tupi, população de mamelucos; 2) Sertanejo, na região agreste do nordeste, produção de cana de açúcar, população que dá origem aos caboclos e caipiras; 3) Caboclo, na região Amazônia, população ribeirinha, vive do extrativismo do cacau e borracha; 4) Caipira, na Região do Serrado, Minas Gerais, São Paulo, produção do café e demais empreendimentos agrícolas; 5) Sulino, população de migrantes no sul, gaúchos dos pampas, com influencia hispânica.

Para Ribeiro (2006), o povo brasileiro é constituído de três miscigenações, sendo elas: a) Mameluco (branco + índio); b) Caboclo (branco + negro); c) Cafuso (negro + índio).

O povo brasileiro, também, Trabalhador Rural Sem Terra, é aquele sujeito que, segundo Ianni (2012), ao longo de décadas, foi escravo, meeiro, colono, parceiro, diarista. Esteve no pelourinho, tronco, emboscadas, ocupou terras, esteve nas greves, prisões e sofreu assassinatos políticos. Participou de romarias, acreditou em santos milagrosos, monges, profetas, cangaceiros e resistiu em quilombos, se organizou nas ligas camponesas e nos sindicatos rurais (IANNI, 2012) Também é resultado de diversas experiências de luta, resistência e organização do povo trabalhador (a) brasileiro (a).

Então, como se formam os (as) Trabalhadores (as) Sem Terra? Para compreender como se formam estes sujeitos, devemos considerar o próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra como formador, ou sujeito “que vem sendo produzido pela dinâmica das lutas sociais que não aceitam a exclusão como um dado inevitável. [...] Os movimentos sociais têm sido espaço de organização destas lutas e de formação destes sujeitos.” (CALDART, 2000, p.209).

Os Sem Terra se educam, politizam, humanizam e formam-se como sujeitos sociais no próprio movimento da luta porque passam a compreender o seu problema específico num contexto maior, na sua totalidade. A contradição, que, às vezes, retarda o avanço da luta

maior, quando assumida cotidianamente com intencionalidade pedagógica, também é educativa. Outro processo educativo fundamental se dá quando os Sem Terra se enraízam numa coletividade em movimento, porque acabam se constituindo como uma referência de sentido, além de sujeito Sem Terra (CALDART, 2000).

Portanto, a formação dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra acontece quando ele e elas participam do MST, no movimento da luta, nas contradições e na coletividade.

1.2 ASSENTAMENTO CONTESTADO: CONQUISTA DO TERRITÓRIO EXPRESSÃO DA LIBERDADE

O processo de formação da classe burguesa e do capitalismo dependente no Brasil tem início quando o excedente do trabalho se transforma em mercadoria. Embora as condições para que pudesse formar-se tenham surgido pela exploração do trabalho escravo, nas relações de domínio patrimonial, na revolução dentro da ordem, modificando suas instituições, hoje estão na nova ordem social competitiva, no entreguismo e na dependência ao imperialismo (FERNANDES, 2003)

A classe dominante brasileira, ao longo da história, modificou a forma de dominação e exploração aos trabalhadores para garantir-se no poder, sem modificar a ordem. Portanto, o que há no Brasil é uma revolução dentro da ordem (FERNANDES, 2003), pois a burguesia não consegue desenvolver um projeto de nação, é uma burguesia dependente, patrimonialista, subordinada ao imperialismo em troca de favores pessoais, incapaz de romper com a ordem. Portanto, não temos uma burguesia nacional (FERNANDES, 2003).

A dominação e exploração da classe trabalhadora ocorrem no uso do território, porque todo espaço geográfico é uma instância de relações sociais, políticas, produtivas. É dialético, contraditório e tenso (SANTOS, 1977). As classes sociais se utilizam do espaço, separadamente. A classe dominante, auxiliada pelo Estado, ocupa espaços densos, fluídos, rápidos e luminosos, com predominância da tecnologia, que possibilita clareza e agilidade. A classe trabalhadora ocupa espaços rarefeitos, viscosos, lentos, opacos, com ausência de infraestrutura, tecnologia, políticas públicas, jogadas ao descaso e na escuridão (SANTOS, 1977).

Desde a chegada dos portugueses, no território a partir daí denominado Brasil, as relações sociais entre as classes foram capitalistas, portanto, com altas taxas de exploração, principalmente pela apropriação da terra (PRADO JUNIOR, 1972). Ao mesmo tempo, houve conflitos, contradições e experiências de resistência. A primeira delas ocorreu em 1550, no

Rio de Janeiro, conhecida como Confederação dos Tamoios, quando os índios se rebelaram contra as formas de exploração dos portugueses (RIBEIRO, 2006). No contexto territorial desta pesquisa, isto é, no estado do Paraná, tivemos três processos de resistência, sendo eles: a) Contestado (1912 – 1916); Batalha do Verê, no sudoeste do Paraná; c) Porecatu (1949 – 1954).

A Guerra do Contestado foi um conflito armado ocorrido entre outubro de 1912 e agosto de 1916, envolvendo cerca de 20 mil camponeses que enfrentaram forças militares e imperialistas. Teve o nome de Guerra do Contestado porque o conflito ocorreu em uma área de disputa territorial entre os estados do Paraná e Santa Catarina, ou seja, um território contestado (KORCZAK; NOTÁRIO; SANTOS E TUNINI, 2019). Espaço em disputa pela madeira, erva-mate e construção de uma ferrovia, de responsabilidade da empresa estadunidense Brazil Railway Company, em terras já ocupadas por centenas de famílias (KORCZAK; NOTÁRIO; SANTOS E TUNINI, 2019).

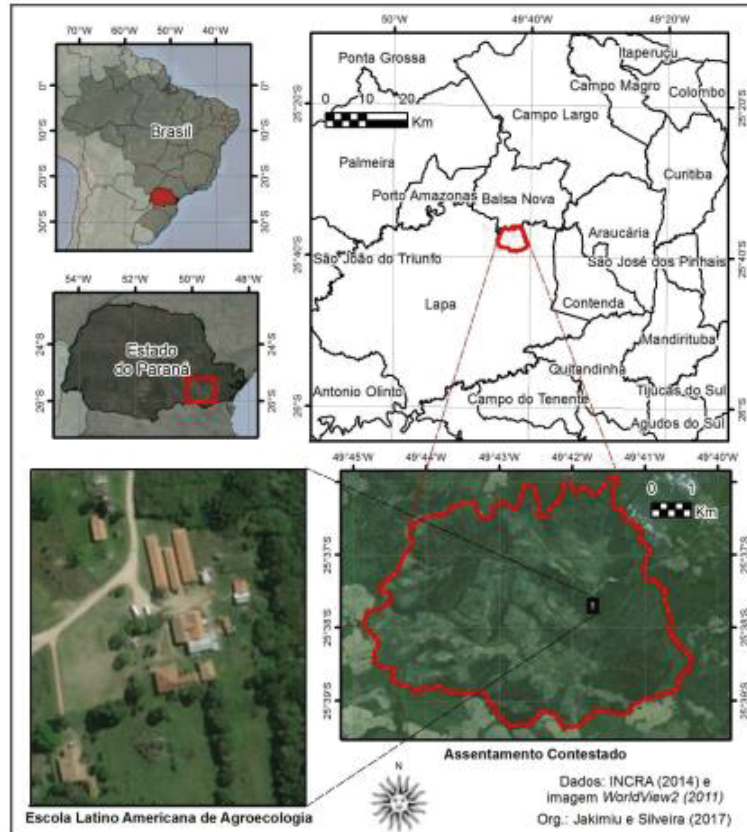
Conforme Korczak, Notário, Santos e Tunini (2019), após viabilizar o processo de desocupação das terras, a companhia atraiu a mão-de-obra de mais de oito mil operários que participaram das obras. Constituíram-se, assim, uma massa de operários desempregados e camponeses desapropriados, condições ideais para o início um movimento messiânico, em que diversos profetas, “monges”, apareceram pregando ideais de justiça e paz, o que definiu esse caráter religioso.

O município da Lapa-PR está localizado no território contestado, com população de 47.909 habitantes (IBGE, 2010) e teve fundação político-administrativa em 13 de junho de 1769, ou seja, há 250 anos. É um município localizado na região metropolitana de Curitiba, rico no turismo histórico, cultural e religioso. Considera-se, também, a exploração da erva-mate enquanto atividade econômica importante para a população, bem como o cultivo da soja, milho, feijão, batata, fruticultura, além da pecuária de leite e corte (KORCZAK; NOTÁRIO; SANTOS E TUNINI, 2019).

Segundo Korczak, Notário, Santos e Tunini (2019), o Assentamento Contestado está localizado na antiga Fazenda Santa Amélia, pertencente, desde o século XVIII, à família Pacheco, fundadora do município da Lapa-PR. Nesta família, nasceu David dos Santos Pacheco, conhecido como o Barão dos Campos Gerias, detentor de muitas terras no Paraná e no Rio Grande do Sul, senhor de escravos alforriados em 1880, quando da visita do Imperador D. Pedro II, em sua casa, na Lapa. Em 1985, seus descendentes venderam a fazenda à empresa transnacional INCEPA, fabricante de cerâmica. Abaixo (Figura 1)

apresentamos a localização geográfica do município da Lapa, do Assentamento Contestado e da Escola Latino Americana de Agroecologia.

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DA LAPA-PR E ASSENTAMENTO CONTESTADO



FONTE: Adaptado de JAKIMIU (2018).

Em 1995, em audiência com o presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, os dirigentes do MST solicitam a fazenda para fins de Reforma Agrária, visto que a empresa possuía dívidas com a Previdência Social.

No dia 07 de fevereiro de 1999, cerca de 40 famílias, moradoras do município da Lapa, ocupam a sede da Fazenda Santa Amélia, seguidas por outras famílias do Paraná, que se somaram na ocupação. Por esta razão, o INCRA desapropriou legalmente a fazenda, em ato de posse no dia 07 de dezembro de 1999 (KORCZAK; NOTÁRIO; SANTOS E TUNINI, 2019).

Com base em informações obtidas através de conversas, com moradores do Assentamento Contestado, na ocasião da construção do Inventário da Realidade¹, podemos afirmar que o Assentamento é resultado da organização e luta do Movimento dos

¹ Instrumento para levantamento e registro organizado de dados de uma determinada realidade. Acho que seria interessante brevemente falar da referência em Pistrak.

Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que ocupou a antiga Fazenda Santa Amélia, no dia 07 de fevereiro de 1999. Hoje o espaço está organizado em 108 lotes, sendo que, na sua maioria deles, reside uma família numa área total de 3.033 hectares, sendo 1.020 hectares para produção e moradia das famílias, 1.240 hectares de reserva legal com campos e mata nativa e 773 hectares com reflorestamento de pinus e eucalipto, cultivados pela INCEPA no período em que a empresa foi proprietária da fazenda, com objetivo de garantir lenha para queima, nos fornos de secagem da cerâmica. Com mudança da tecnologia, a lenha foi substituída pelo gás, tornando o reflorestamento inutilizado.

Para lutar pelo direito e garantir o acesso à educação, saúde e renda, as famílias estão organizadas em 10 Núcleos de Base (NBs)², com Direção Coletiva³, Coordenação⁴ e 04 frentes estratégicas: Saúde, Educação, Cultura e Produção, apresentadas a seguir:

a) **Saúde:** é composta por um integrante de cada NB, responsável pela prevenção e cuidado da saúde do dia a dia com pomadas, chás, tinturas, tratamentos homeopáticos e bioenergéticos, conta com uma Unidade Básica de Saúde (UBS), inaugurada em dezembro de 2016, sendo utilizado como espaço físico para terapias naturais e médico uma vez por semana;

b) **Educação:** fazem parte um integrante de cada NB; tem a responsabilidade de discutir e encaminhar questões relacionadas à educação e garantir o funcionamento das escolas no Assentamento, sendo elas: Ciranda Infantil Curupira, que atende em média 12 crianças, filhos e filhas de estudantes e trabalhadores que dedicam seu tempo em tarefas organizativas do MST; Escola Municipal do Campo Contestado, fundada em 2003, que atende educandos/as desde a educação infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental, e atualmente conta com 73 educandos/as; Colégio Estadual do Campo Contestado, com Ensino Fundamental e Médio, conquistado no ano de 2011, e atende os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, num total de 68 educandos/as; Escola Latino Americana de Agroecologia ELAA, fundada no ano de 2005, com o objetivo de contribuir na formação da classe trabalhadora e de modo especial de Tecnólogos (as) em Agroecologia dos diversos países da América Latina e Caribe.

c) **Cultura:** tem o objetivo de possibilitar acesso aos assentados da reforma agrária e da classe trabalhadora à arte e à cultura, pois a partir do ano de 2014 as lideranças do

² É uma instância de base, no MST, composta entre 10 e 15 famílias. Um espaço de discussão sobre questões que envolvem seus membros, a fim de fazer os encaminhamentos necessários.

³ É um princípio organizativo do MST, sendo que todas as suas instâncias são formadas por comissões coletivas, em forma de colegiado e sem distinção de poder.

⁴ É uma instância do MST, na qual participam o coordenador e coordenadora de cada Núcleo Base, com reuniões periódicas para discutir e encaminhar questões de interesse de cada Núcleo.

Assentamento Contestado decidem realizar a reforma de um antigo casarão, pertencente ao Barão dos Campos Gerais, e transformá-lo em espaço de Arte e Cultura, onde atualmente são exibidas seção de cinema, apresentações culturais e artísticas;

d) **Produção:** desde a ocupação houve debate sobre o modelo de produção, e ficou acordado e consta no regimento interno do assentamento que toda a produção deve ser agroecológica. Hoje, mais de 80% das famílias produzem agroecologicamente, organizadas através da Cooperativa Terra Livre para Assistência Técnica, com prestação de serviço de maquinário e comercialização da produção.

3 PERCURSO METODOLOGICO DA PESQUISA

Para que a pesquisa tivesse um desenvolvimento coerente, foi necessário a articulação entre epistemologia, metodologia e técnica. As opções metodológicas e os procedimentos técnicos utilizados analisaram a realidade, considerando a sua materialidade história, o movimento e a totalidade:

vê a reciprocidade sujeito/objeto eminentemente como uma interação social que vai se formando ao longo do tempo histórico [...] o conhecimento não pode ser entendido isoladamente em relação á prática política dos homens [...] a práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade, que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana. (SEVERINO, 2007, p. 116).

Para compreender esta realidade, desvelando-a, optou-se também pela Análise de Conjuntura, conforme preconizada por Souza (2012), a qual se utiliza das seguintes categorias na análise do fenômeno a ser pesquisado: acontecimentos, cenários, atores, relação de força e articulação (relação) entre “estrutura” e “conjuntura”.

Vários são aos tipos de pesquisa, e, no nosso caso, optamos pela pesquisa participante, “[...] aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivencia dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades.” (SEVERINO, 2007, p. 120).

Quanto à técnica de pesquisa (procedimentos operacionais), foi aplicado um questionário “um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo.” (SEVERINO, 2007, p. 125).

O grupo social pesquisado é aquele que reside no Assentamento, tanto os frequentadores ou os não da Igreja Católica. Esta pesquisa traz elementos coletados junto às lideranças, ou seja, aqueles (as) que desempenham, na Igreja, atividades específicas (catequista, ministro da eucaristia, padre, membro da equipe de liturgia, diretoria, etc.), pessoas de diferentes famílias, faixa etária e gênero, para termos as informações de diferentes sujeitos e que exercem algum tipo de influência nas frentes de ação pastoral. Incluímos pessoas que não frequentam a Igreja Católica e lideranças do Movimento Sem Terra porque queremos problematizar sobre o olhar destes, referente à atuação da Igreja Católica no Assentamento Contestado.

O mapeamento das pessoas que frequentam a Igreja se deu através de observação, durante atividades religiosas realizadas na capela no Assentamento. O critério utilizado para escolha dos participantes da pesquisa teve como base o serviço pastoral. Partimos do pressuposto que a opinião, as informações de uma pessoa que exerce algum tipo de trabalho (liturgia, catequese, ministro da eucaristia) junto à Igreja tem influência maior, em relação aos demais, pois possivelmente tenha sido escolhido, ou aceito, reconhecido pela comunidade.

Também foram coletadas informações em diferentes espaços do Assentamento: Igreja Católica (missas, cultos, festas), visita às famílias, Escola Latino-Americana de Agroecologia, Cooperativa Terra Livre, Colégio Estadual e Municipal, através da observação participante, conversas informais e registro no caderno de campo.

Assim, assumimos, a partir de Souza (2012), o entendimento de que fatos são diferentes de acontecimentos. Para o grupo social acampado na Fazenda Santa Amélia, a desapropriação da Fazenda se tornou um acontecimento, que decorre em inúmeros outros fatos; dentre eles, podemos destacar a criação da Cooperativa Terra Livre, da Escola Latino-Americana de Agroecologia, Colégio Contestado, Ciranda Curupira, Unidade Básica de Saúde. “Na análise de conjuntura o importante é analisar os acontecimentos.” (SOUZA, 2012, p. 10), porque eles “indicam sempre certos ‘sentidos’ e também revelam a percepção que uma sociedade, ou grupo social, ou classe tem da realidade e de si mesmos.” (SOUZA, 2012, p. 11).

O cenário trazido, então, é composto pela Igreja Católica, pela formação dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra e pelo Assentamento Contestado, assim como o cenário do Contestado, da religião (invisível e/ou ignorada) como uma das articuladoras de processos organizativos e formativos, para além dos realizados pelo MST junto às famílias do Assentamento.

Identificar os atores, que atuam em determinado espaço, ou processo formativo é fundamental para podermos fazer análise. No cenário do Assentamento Contestado, identificamos vários atores; podemos destacar o Movimento Sem Terra, a Cooperativa Terra Livre, Escola Latino-Americana de Agroecologia, o Colégio Contestado, o agronegócio, a agroecologia, a Educação do Campo e as Igrejas. Pelo fato desta pesquisa trazer como objeto a Igreja Católica no Assentamento Contestado, optamos em trazer, também, como atores neste cenário, os membros e lideranças religiosas: como catequistas, ministros, padre, equipe de liturgia e diretoria da capela. Conforme Souza (2012), “Um determinado indivíduo é um ator social quando ele representa algo para a sociedade (para o grupo, a classe, o país) encarna uma ideia, uma reivindicação, um projeto, uma promessa, uma denúncia.” (SOUZA, 2012, p. 12).

A conjuntura sempre está em movimento, se faz num processo de correlação de forças que podem ser visíveis, invisíveis, quantitativas, qualitativas (GEHRKE, 2014). Esta correlação de forças está no Assentamento Contestado, por exemplo: a Cooperativa Terra Livre e a Escola Latino-Americana de Agroecologia desenvolvem junto a um grupo de famílias a agroecologia; ao mesmo que tempo, outro grupo adere ao modelo do agronegócio. Encontrar formas de verificar a correlação de forças, ter uma ideia clara desta relação é determinante na análise de conjuntura. A relação de forças não é algo imutável, dado, mas sofre mudanças permanentes (SOUZA, 2012).

Assim, a articulação entre estrutura e conjuntura, indicada por Souza (2012) na análise de conjuntura, nos ajudou a compreender a relação entre as demais categorias. Relacionamos o Concílio do Vaticano II (1962-1965), Teologia da Libertação, Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), CEB's, CPT, gênese do MST, Igreja no Assentamento Contestado e suas práticas educativas.

3.1 ASSENTAMENTO CONTESTADO: MILITÂNCIA NO MST, MOTIVADA PELA IGREJA CATÓLICA

As reflexões a serem apresentadas neste subcapítulo decorem da aplicação de questionário junto aos moradores do Assentamento Contestado, mais especificamente a 07 pessoas, sendo 04 do sexo feminino e 03 do sexo masculino, idades entre 19 a 73 anos; todos se identificaram como membros do MST, com tempo de militância de 04 a 34 anos, residentes no Assentamento em um tempo de 17 a 20 anos. Entre os pesquisados, 02 responderam que não participam de nenhuma Igreja e 05 afirmaram participar da Igreja

Católica com função específica, sendo: ministro da eucaristia, conselho administrativo, equipe de liturgia, catequista, acolhida e visita aos doentes.

Os participantes da pesquisa foram codificados, com o objetivo de preservá-los; deste modo, temos: C.A.B. (66 anos), N.B. (58 anos), A.G.B. (19 anos), N.O. (45 anos), L.A.B. (24 anos), S.G.L. (73 anos).

Para as reflexões, é importante destacar que a participação de católicos e luteranos, nos primeiros anos de organização do Movimento Sem Terra, foram fundamentais, além do que, não havia Igrejas evangélicas pentecostais como temos hoje:

A maioria da população, ou era luterano descendente de alemão ou era católico, neste período aí. Não tinha essa disseminação das igrejas evangélicas como nós temos hoje. Hoje você vai lá no acampamento, é uma matiz, um arco íris de religião. Na nossa época não. Ou era Católica ou era Protestante, Luterana [...]. e eram as duas denominações fortes. A Igreja católica estava no meio do povo muito forte neste período por causa das Comunidades Eclesiais de Base, na releitura do projeto, que o Concílio da Vaticano II promoveu. [...] Eles estavam no meio do povo, curtindo a dor do povo. Os luteranos e os católicos. Os católicos por causa da Teologia da Libertação [...]. (GREIN, 2000, apud TIEPOLO, 2019, p. 103).

A Igreja Católica está presente no Assentamento Contestado há vinte anos, chegou com as famílias na ocupação da Fazenda Santa Amélia, porque “independente da estrutura física, a Igreja é o povo de Deus caminhando, chegou aqui no Assentamento com as famílias, desde o início, no Acampamento” (Questionário, C.A.B., 66 anos, 2019). Esta declaração, além de informar o tempo de presença da Igreja no Assentamento, evidencia a presença desta junto ao Acampamento e traz elementos da Teologia da Libertação, que compreende Igreja para além da presença do clero. É uma rede social que inclui a cultura religiosa, a fé e a prática, capaz de mobilizar as pessoas em torno de objetivos comuns (LÖWY, 2016).

A Igreja Católica contribuiu na organização de diversos Acampamentos e Assentamentos, embora atualmente venha perdendo espaço para Igrejas Evangélicas Pentecostais, inclusive no Contestado. Não pretendemos, nesta pesquisa, aprofundar a questão, embora, a presença das Igrejas Pentecostais nos espaços do Movimento é fato. No Assentamento Contestado, identificamos elementos da religiosidade popular, constituída a partir do catolicismo popular, entendido aqui como autonomia das práticas e representações religiosas em relação ao clero (SILVA, 2008). Essas práticas são materializadas nas festas religiosas, na devoção aos santos, na visita aos enfermos, no grupo de reflexão e nas rezas.

A pesquisa aponta que atividades de cunho religioso popular são aquelas realizadas com mais frequência, envolvem maior número de pessoas e são parte fundamental da Igreja.

Conforme N.B.: “Aqui o que a gente mais faz é se visitar, visitamos os doentes levando a comunhão, tem três capelinhas passando nas famílias.” (Questionário, N.B, 58 anos, 2019).

Desde o período de sua gestação (1979-1984), o MST traz presente o elemento da mística. Mística que, para aqueles agentes de pastoral identificados com a Teologia da Libertação, é sinônimo de mistério, que pode ser revelado através da simbologia, como danças, dramatizações, cantos e rituais (SILVA, 2008). O elemento da mística, nas suas diferentes formas, está presente nas atividades desenvolvidas pelo MST no Assentamento Contestado, atribuído como prática da Igreja. Segundo N.B.: “Eu, quando vou numa reunião, ou qualquer atividade do Movimento, sempre puxo uma oração no início; faz parte da mística. Tudo isso aí é Igreja!” (Questionário, N.B., 58 anos, 2019).

Perguntamos sobre a relação entre as atividades desenvolvidas pela Igreja com aquelas do MST no Assentamento Contestado. Diversas e divergentes foram as respostas, algumas aqui abordadas e problematizadas, na tentativa de identificarmos a relação de força (confronto, coexistência, cooperação) entre os atores (SOUZA, 2012). Algumas afirmações sugerem que não há relação entre as atividades desenvolvidas pelo MST e a Igreja: a) “O que acontece na Igreja não tem nada a ver com o Movimento, talvez o que é realizado nas famílias sim.” (Questionário, A.G.B., 19 anos, 2019). Ou ainda: b) “A igreja pouco desenvolve, falta trabalho de base.” (Questionário, N.O., 45 anos, 2019). Outros dizem que há relação: c) “O que a Igreja faz tem tudo a ver com o MST.” (Questionário, L.A.B., 24 anos, 2019).

A partir das distintas respostas para uma mesma questão, buscamos dialogar com estas afirmações, problematizá-las e trazer informações do lugar de fala destes sujeitos, bem como elementos que caracterizam os participantes da pesquisa. Para além das respostas do questionário, temos outros elementos da pesquisa participante que podem contribuir para problematização, isto é, quem são os sujeitos participantes da pesquisa: a primeira resposta foi dada por uma mulher, com idade de 19 anos, que nasceu no Assentamento e mora nele até hoje, que declarou não participar da Igreja Católica; está na militância do MST há 04 anos. A segunda resposta foi de um homem com idade de 45 anos, que declarou não participar da Igreja Católica, está na militância do Sem Terra há 24 anos, mora no Assentamento há 20 anos e, atualmente, está na coordenação política do Movimento; a terceira resposta para a pergunta sobre a “relação entre as atividades desenvolvidas pela Igreja Católica e MST,” foi dada por uma mulher, com idade de 24 anos, que informou estar no Assentamento e na militância do MST há 20 anos, e atualmente faz parte da Equipe de Liturgia da Igreja Católica no Contestado.

As respostas “a” e “b” foram trazidas pelos questionários de pessoas que disseram não participar de nenhuma atividade desenvolvida pela Igreja. Afirmam não haver relação e nem contribuição da Igreja com o MST. A resposta “c”, como vimos acima, informa: “Aquilo que a Igreja faz tem tudo a ver com o MST”. Esta informação é de uma pessoa que faz parte da Equipe de Liturgia e participa das atividades desenvolvidas pela Igreja, juntamente com sua família.

Portanto, quem não participa da Igreja Católica, não reconhece sua contribuição ou relação com o Movimento. Aqueles que estão engajados nas atividades da Igreja, sem deixar de contribuir com a militância no MST, afirmam haver compatibilidade entre ela e o Movimento Sem Terra.

No estado do Paraná, o MST e a Igreja Católica sempre mantiveram uma relação muito próxima. Nos primeiros anos, a Igreja exercia uma influência maior sobre o Movimento, em relação ao momento atual. A boa relação entre as duas organizações, em certa medida, se deve ao trabalho pastoral do Bispo Dom Ladislau Biernaski, “que ficou conhecido como “o bispo da Reforma Agrária”, é exemplo de uma vida dedicada ao lado dos pobres, contra as injustiças sociais.” (TIEPOLO, 2019, p. 95).

A pesquisa confirmou, embora sem trazer detalhes, essa participação de Dom Ladislau no trabalho pastoral junto ao Movimento, principalmente no Assentamento Contestado. A maioria das pessoas pesquisadas disse haver relação das atividades desenvolvidas entre Igreja Católica e MST. São exemplos disso: a Igreja contribui na divulgação das mobilizações, na organização das romarias nas quais a militância do MST participa. Lideranças do Movimento formaram-se na Igreja, principalmente em ações pastorais vinculadas à Teologia da Libertação, como as CEBs, CPT, Pastoral da Juventude Rural. Os Sem Terra contribuem com trabalho voluntário nas festas promovidas pela Igreja no Contestado. Os grupos de reflexão, no Assentamento, debatem questões relacionadas à agricultura e à memória da luta pela terra. Ilustramos a relação da Igreja com o MST em uma das respostas do questionário: “O grupo de reflexão tem tudo a ver com o MST porque falamos sobre a agricultura, as lutas, fazemos memória do que já passou.” (Questionário, S.G.L., 73 anos, 2019). Verifica-se uma relação de cooperação entre Igreja Católica e MST, seja na realização das atividades no Assentamento Contestado como fora dele. Os participantes da pesquisa evidenciam que a Igreja Católica e o MST são parceiros para realização de diversas atividades. O desafio é estreitar relações em vista da construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Se a Igreja Católica cumpre importante papel na organização popular, resistência e motivação da militância cabe ressaltar que “A formação do militante não se faz na Igreja, mas nos movimentos sociais e na luta.” (TIEPOLO, 2019, p. 111). A Igreja contribui na formação do Sem Terra não necessariamente quando estes/as Trabalhadores/as participam das atividades desenvolvidas pela Igreja, mas na medida em que motiva a militância a participar dos vários momentos e espaços: visita entre as famílias, marchas, mobilizações, estudo, jornadas, reuniões, debates, assembleias. E a pesquisa mostrou que são no encontro e na convivência que são fortalecidos os laços de comunhão e respeito entre as famílias. Vejamos as respostas: “A visita ajuda e muito, no sentido de ter convívio com outras pessoas do assentamento.” (Questionário, L.A. B, 24 anos, 2019); “Entre as famílias temos espaço de comunhão com as pessoas. É importante estar presente, encontrar-se” (Questionário, S.G.L., 73 anos, 2019). Atribui-se à Igreja o papel de fortalecer e motivar, entre os Sem Terra, vivências coletivas, que são dimensões fundamentais para o processo de formação destes (as) Trabalhadores (as). Vivências envolvidas e produzidas em cada família, grupo social, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam (CALDART, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O esforço dedicado neste trabalho objetiva problematizar sobre as influências da Igreja Católica na formação dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra, a partir das especificidades do Assentamento Contestado. O debate principal se deu em torno da análise das influências da Teologia da Libertação e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), na constituição do MST e na formação dos Sem Terra.

Evidenciou-se, com base nas reflexões trazidas por Stedile (2005), na entrevista concedida a Fernandes, que a influência exercida pela Igreja Católica e Luterana, através da CPT, na definição da natureza (social, de massas e autônomo) do Movimento Sem Terra, foi determinante e continuam presentes nas ações deste movimento social do campo.

A pesquisa de campo junto ao Assentamento Contestado trouxe vários elementos a serem considerados para além das atividades desenvolvidas pelo MST, pois são realizadas inúmeras outras, motivadas pela Igreja Católica. Integram elementos da mística do Movimento, ritos, valores e simbologia, trazidos pelos católicos. A militância que não participa das atividades desenvolvidas pela Igreja tem dificuldade de reconhecer a sua contribuição na formação dos (as) Trabalhadores (as) Sem Terra. Mas historicamente existe unidade entre Igreja Católica e MST para realização de várias atividades. Nos espaços de

Acampamento e Assentamento do MST. Porém, é perceptível que a Igreja Católica vem perdendo espaço para as Igrejas Evangélicas vinculadas à perspectiva pentecostal.

Outro aspecto a considerar é que a formação do sujeito Sem Terra se dá principalmente na luta, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, cabendo à Igreja Católica motivar esses (as) Trabalhadores (as) a participar do movimento social. Esta questão é importante, porque se assim não entendermos, caímos no erro de esperar da Igreja, algo que ela não pode nos oferecer. Conforme afirma Freire (2003, p.63), “se na imersão era puramente espectador do processo, na emersão descruza os braços e renuncia à expectativa e exige a ingerência. Já não se satisfaz ao assistir”. Neste sentido, enfatizamos que cotidianamente somos desafiados (as) a descruzar os braços e participar. Participação como condição para tomada de consciência. Assistir já não nos satisfaz. Sejamos todos ameaçadores das elites detentoras do conhecimento reconhecido hegemonicamente, que possamos também produzir conhecimentos, reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e ancestrais.

REFERÊNCIAS

- BOGO, A. **O MST e a cultura**. 3. ed. São Paulo: Movimento dos Trabalhadores rurais Sem Terra (MST), 2009.
- CALDART, R. S. **Escola é mais do que escola na Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CALDART, R. S.. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. - Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CERIOLO, P. R.; BROILO, E. **Ocupando a Bíblia** Caderno de formação n 10. 2. ed. São Paulo: Setor de Educação MST, 2003.
- COMPARATO, B. C. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- COSSIO, L. **O documento como instrumento de luta socioecológica, uma realidade da colônia de pescadores de Matinhos?** 2011. 80 p. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da informação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- DI MEO, G. **MST 30 anos: retratos de gerações em luta**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- DOCUMENTOS SÍNTESES. **Encontro Mundial de Movimentos Populares: Terra – Moradia – Trabalho**. São Leopoldo: Centro de Estudos Bíblicos – CEBI, 2014.
- FERNANDES, F. O que é revolução (1981). In: SAMPAIO, P. A.; SAMPAIO JÚNIOR, P. A. (org.) **Clássicos sobre a revolução brasileira: Caio Prado Júnior e Florestan Fernandes**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2003. p. 55-160.
- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GEHRKE, M. **Contribuições da práxis para a constituição da biblioteca escolar do trabalho a partir da educação do campo**. 2014. 264 p. Dissertação (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- JAKIMIU, C. **A formação de educadores(as) do campo como ferramenta para o fortalecimento da r-existência camponesa: tecendo interpretações da realidade com a turma Albert Einstein da Lecampo da UFPR - Setor Litoral**. 2018. 200p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.
- IANNI, O. A formação do proletariado rural no Brasil – 1971; CNBB. Igreja e problemas da terra: Documento aprovado pela 18 Assembleia da CNBB. Itaiaci, 14 de fevereiro de 1980; In:

STEDILE, J. P. (org.) **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1960 – 1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 127-146; p. 277-304.

KORCZAK, M.; NOTÁRIO, J. C.; SANTOS, A. C. dos; TUNINI, S. J. **Contestado: conquistas e desafios**. 2018. 46 p. Inventário da Realidade (Especialista em Educação do Campo e realidade brasileira através de seus pensadores) – Setor Litoral, Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.

LARA JÚNIOR, N. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST**. Revista NERA, Presidente Prudente, ano 15, n 20, paginas 156 -174, jan-jun 2012.

LÖWY, M. **O que é cristianismo da libertação: religião e política na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Expressão Popular, 2016.

MARX, K. **A revolução antes da revolução: As lutas de classe na França – de 1848 a 1850, O 18 Brumário de Luis Bonaparte, A guerra civil na França**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENEZES NETO, A. J. **A Igreja Católica e os movimentos sociais do campo: a Teologia da Libertação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Caderno CRH, Salvador, v. 20, n.50, p. 331-341, maio/ago. 2007.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MST. **Normas Gerias e Princípios Organizativos do MST**. São Paulo: MST, 2016.

OLIVEIRA, R. A. **A construção de registros pedagógicos na educação infantil: portfólio de vozes**. 2013. 26 p. Artigo (Especialista em mídias integradas na Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

PELOSO, R.; BOGO, A. **Método de Trabalho de Base e Organização Popular** Caderno de Formação n 38. 1. ed. São Paulo: Setor Formação do MST, 2009.

PETRINI, J. C. **CEBs: um novo sujeito popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRADO JÚNIOR, C. **A revolução brasileira**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. 5. reimp. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

SANTOS, A. C. dos. **A organização do trabalho coletivo no Assentamento Conquista no Litoral SC**. 2015. 50 p. Monografia (Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável com base na agroecologia) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEVERINO, A. J. **Metodologia de Trabalho Científico**. 23. ed. 2. reimp. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, É. N. da. **A contribuição da Igreja Católica para a formação do Neozapatismo e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2008. 247 p. Dissertação (Doutorado em História) Universidade do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

SOUZA, H. J. de. **Análise de Conjuntura**. 32. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional: 1500 – 1960**. 2. ed., 1. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

STEDILE, J. P. (Org.) **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária: 1946 – 2003**. 1. ed., 3. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava Gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 1. Ed., 3. reimp. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

TIEPOLO, E. V. **A alfabetização de jovens e adultos no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): construções e reconstruções fundamentadas na pedagogia de Paulo Freire**. 2019. 278 p. Tese (Doutorado em Educação) Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2019.